

A cidade ideal no *quattrocento*
uma análise da *Laudatio florentinae urbis*, de Leonardo Bruni

Fabrina Magalhães Pinto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PINTO, F.M. A cidade ideal no quattrocento: uma análise da *Laudatio florentinae urbis*, de Leonardo Bruni. In: PINTO, F.M., and BENEVENUTO, F., comps. *Filosofia, política e cosmologia: ensaios sobre o renascimento* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 59-88. ISBN: 978-85-68576-93-9. <https://doi.org/10.7476/9788568576939.0005>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Possui Mestrado em História Social da Cultura pela PUC-Rio (2001), doutorado em História pela mesma instituição (2006), pós-doutorado pelo departamento de Filosofia da PUC-Rio (2010), e pós-doutorado sob a orientação do professor Dr. Newton Bignotto, pelo Departamento de Filosofia da UFMG (2016). É professora adjunta do Departamento de História da UFF-PUCG e pesquisa atualmente as origens do republicanismo no Renascimento Italiano, especialmente nos textos do humanista e chanceler da república florentina Leonardo Bruni (1370-1444). É autora de diversos artigos sobre a Renascença e organizou dois volumes sobre o período: o primeiro sobre a *Filosofia do Renascimento*, com o professor Danilo Marcondes, e hospedado na Revista *O que nos faz pensar* (Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, n. 27, maio 2010). E o segundo, o Dossiê temático *Renascimento Italiano*, publicado pela *Revista Crítica Histórica*, em 2015, e organizado conjuntamente com a professora Flávia Benevenuto.

A CIDADE IDEAL NO QUATTROCENTO: UMA ANÁLISE DA *LAUDATIO FLORENTINAE URBIS*, DE LEONARDO BRUNI

*Fabrina Magalhães Pinto*¹

O tema da cidade ideal é um objeto recorrente nos escritos filosóficos desde a Antiguidade², mas recebe uma particular evidência no Renascimento, no momento particular em que o desenvolvimento econômico e político de várias cidades italianas promove a redescoberta dos ideais clássicos, e quando a cidade retoma um papel central nas atividades humanas.

¹ Professora adjunta de História da Universidade Federal Fluminense (UFF-PUCG).

² Credita-se a Platão a formulação mais antiga de uma *polis* ideal, quando descreve a Cidade dos Homens na sua obra *A República*. Ao lado de outras duas, *As Leis* e *Critias*, fundamenta um ideal utópico instaurador dos genes daquilo que a modernidade vai incorporar sob a forma do Estado e da Constituição. A visão platônica, no fundo, materializa “um dos sonhos mais antigos do homem, situado na base da imaginação utópica: o de habitar uma cidade perfeita. Uma cidade e não uma casa e, muito menos, um país ou uma nação” (COELHO, 1980, p. 21).

Autores como Hans Baron (1966), Quentin Skinner³ (1996), Eugenio Garin (1993), Pocock (1982), entre tantos outros (e com diferentes argumentos), defendem a tese de que a organização das cidades em repúblicas e a afirmação da sua liberdade frente ao controle do Sacro Império Romano-Germânico, teria possibilitado o crescimento de uma nova forma de estado na península onde ideais como a liberdade, autogoverno e participação cívica seriam defendidos, seja contra o Império, seja também contra o papado. As cidades-repúblicas se tornaram em muitas cidades italianas (tais como Pisa, Milão, Arezzo, Luca, Bolonha e Siena), a forma dominante de organização política no século XII e em começos do século XIII, com uma população urbana relativamente numerosa e um alto grau de autonomia urbana. Nesse sentido, esta nova organização política teria influenciado o crescimento não só econômico ou a formação de grupos sociais favorecidos pela liberdade comercial, mas também teria propiciado um avanço cultural significativo nestas cidades. Seria, portanto, difícil entender os desenvolvimentos culturais e sociais dos séculos XV e XVI sem nos referirmos a este período e à sua história política (MARTINES, 1974; LARNER, 1980).

Assim, quando observamos o crescimento destas cidades, a construção de tantos templos e edifícios públicos, as novas preocupações com urbanização e a higiene, e, sobretudo, a

³ Para Quentin Skinner, o processo que começou em Pisa, em 1085, se estendeu por outras cidades até que, em fins do século XII, essa forma republicana de autogoverno já tivesse sido adotada por quase todas as principais cidades da Itália, como Milão, Arezzo, Bolonha, Lucca, Florença, entre outras (SKINNER, 1996, p. 26). Ainda que, em fins do século XIII, a maior parte dessas cidades fora cindida por suas facções internas e muitas delas tenham sido forçadas a abandonar as constituições republicanas e a aceitar o poder de um único *signore*, passando assim de uma forma de governo livre para outra despótica, a república de Florença resistirá, e será o nosso objeto de análise neste artigo.

elaboração de um novo modelo arquitetônico, é perfeitamente aceitável a conexão entre esse contexto de expansão e o retorno das elaborações acerca das cidades ideais, sejam elas na arquitetura, arte e filosofia.

Como ressalta Eugenio Garin (1963, p. 17), o projeto da construção de uma cidade ideal em Florença já existia pelo menos desde o século XIII: com a expansão da catedral de Santa Maria del Fiore e a cúpula do Duomo, o Batistério⁴ e o Campanário de Giotto, o Hospital dos Inocentes, o Palazzo Vecchio (inaugurado em 1299), bem como várias outras construções públicas que já indicariam a construção de uma cidade ideal, e uma cidade livre. Segundo o autor, “não é difícil encontrar nos textos florentinos de fins do século XIV ou do início do XV, um paralelo entre a *res publica* e seus edifícios” (*Ibidem*). Mais do que símbolos, eles se tornam expressões tangíveis da força e riqueza da cidade. Em 1293, durante a vigência da república florentina, o notário Mino de Cantoribus sugeriu a substituição de Santa Reparata por uma catedral ainda maior e mais magnificente, de tal forma que a indústria e o poder do homem não pudessem inventar ou mesmo tentar nada maior ou mais belo. Quando Arnolfo di Cambio, arquiteto da catedral, foi encarregado do projeto, em 1294, recebeu o pedido de realizar a maior e mais bela igreja nunca antes construída. E assim ele o fez: com 153 metros de comprimento, 90 metros de largura em seu ponto mais amplo, e 86,7 metros de altura. Previu ainda a construção de uma grande cúpula que se tornaria o novo símbolo de Florença; de extensão tão grandiosa (41 metros) que a solução para a sua

⁴ Em 1401 foi realizado um concurso para a criação das portas em bronze do Batistério de São João, em que concorreram Lorenzo Ghiberti, Filippo Brunelleschi e Donatello.

cobertura só viria um século mais tarde, em 1418, com Filippo Brunelleschi.



Figura 1 – Baldassarre Lanci. *Scena prospettica con edifici fiorentini*. Firenze: Uffizi, Gabinetto dei Disegni e delle Stampe, 1569.⁵

A Florença de Brunelleschi é uma tentativa, não a única neste período, de reequilibrar o núcleo medieval da cidade mediante o enxerto de edifícios representativos, seja no plano funcional, seja no estético. No entorno à emblemática Cúpula de Santa Maria del Fiore se dispõem o complexo de São Lourenço, o pórtico dos Inocentes com a nova Via dei Servi, a Rotunda dos Anjos, de Brunelleschi, a renovada Santa

⁵ Imagem disponível em: <<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/7d/d4/9c/7dd49c0a0e726f455c676e8785772401.jpg>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Maria Novella, Orsanmichele com o seu novo aparato de estátuas, o palácio Rucellai, Medici, Strozzi e, do outro lado do Arno, a igreja de Santo Espírito. Certamente, não foi por acaso que Brunelleschi e Alberti teorizaram utopias urbanísticas.

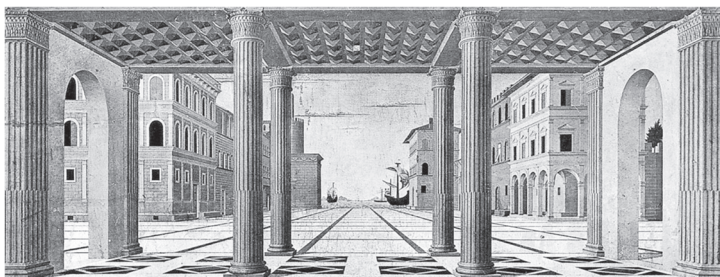


Figura 2 – Vista da cidade ideal atribuída a Francesco di Giorgio Martini⁶.

Questiona Carlos Antônio Brandão (2006, p. 67), “de onde a arquitetura renascentista retira a sua excelência? Que fundamentos e que visão de mundo, do homem e de Deus são expressos em seus edifícios?” Sem dúvida não aprofundaremos a discussão sobre a *arché* renascentista e sua utilização do repertório clássico, a ênfase acentuada na centralização especial, o uso da geometria, da simetria e homogeneidade (como vemos nos projetos de Martini e Brunelleschi), mas destacaremos aqui um ponto que para a nossa análise é essencial: tal harmonia da criação humana era o eco visível de uma harmonia celestial, universalmente válida. Criador e criatura podem ser símiles em diversos aspectos e o uso da racionalidade sem dúvida os aproximaria. Desta forma,

⁶ Imagem disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e6/Francesco_di_Giorgio_Martini%2C_veduta_ideale_di_citt%C3%A0_fantastica%2C_1495_circa%2C_berlino_2.jpg>. Acesso em: 17 abr. 2017.

a reelaboração das cidades apontaria para a afirmação da racionalidade e do homem diante do mundo. Enquanto a cidade gótica aparecia como ideal na medida em que despertava em seu ambiente um sentimento de interioridade, a cidade renascentista o é na “medida em que concretiza um ideal estético-formal geométrico, pré-definido no projeto” do arquiteto (BRANDÃO, 2006, p. 77). Racionalizar o universo era, antes de mais nada, expressão do poder da razão humana e crença na possibilidade de construir um mundo humano ideal.

A hipótese que desenvolvemos aqui é que, na medida em que avançava a república, avançava também o desejo pela criação de um modelo urbanístico e arquitetônico para a cidade, capaz de suplantar todas as demais rivais não apenas em opulência e magnificência, mas também em perfeição e racionalidade. Estariam associados diretamente, portanto, ambições políticas, republicanas e expansionistas com a constituição de uma imagem ideal de cidade: onde imperaria a justiça, a racionalidade e a liberdade. E tal modelo tão elevado só poderia ser pensando e construído em uma república como a florentina, herdeira de Roma e dos princípios de virtude dos antigos. Assim, se olharmos com atenção, podemos citar o *Elogio da cidade de Florença (Laudatio Florentinae urbis⁷)*,

⁷ (BRUNI, 2008, p. 243). Podemos encontrar as seguintes traduções dos textos de Bruni: H. Baron. *From Petrarch to Leonardo Bruni: Studies in Humanistic and Political Literature* (1968, p. 232-63). Uma tradução inglesa pode ser encontrada em B.G. Kohl e R.G. Witt. *The Earthly Republic: Italian Humanists on Government and Society* (1978, p. 135-75). A parte IV apenas foi traduzida em *The Humanism of Leonardo Bruni*, trad. G. Griffiths, James Hankins, e D. Thompson (1987, p. 116-21). E ainda a tradução italiana: L. Bruni. *Opere letterarie e politiche*, a cura de Paolo Viti (1996). Neste artigo usaremos a edição bilingue latim-francês da *Laudatio florentinae urbis*. In: *Histoire, éloquence et poésie à Florence au début du Quattrocento. Textes choisis, édites et traduits par Laurence Bernard-Pradelle* (2008, p. 205-301). A tradução do original em latim para o português da *Laudatio*, bem como sua introdução e notas explicativas,

escrito pelo humanista Leonardo Bruni, como parte dos primeiros escritos sobre as cidades ideais; e adiantaríamos pelo menos meio século nas datações feitas pelos analistas mais tradicionais.

Algumas das principais obras que trataram das cidades ideais são escritas pós meados do século XV: como o *L'architettura (De Re Aedificatoria)*, de Leon Battista Alberti, publicado em 1486, o *Trattato di Architettura*, de Filarete, (escrito entre 1461 e 1464), e o *Codex Atlanticus*, de Leonardo (escrito entre 1478-1519). É suficiente lembrar a representação de Leonardo da Vinci sobre a cidade de Milão. Em seu *Codex Atlanticus*, aconselha Ludovico, o Mouro, a embelezar a cidade: preocupando-se com a higiene, o armanejamento de água, a distribuição da população e a criação de bairros mais organizados. Deste modo, concordamos com Eugênio Garin (1963, p. 15) quando afirma que o esboço de Leonardo, longe de representar um plano puramente imaginário, está ligado já às aspirações reais das cidades-estado italianas, e ao desejo de que Milão se tornasse também um modelo urbanístico na Itália. As cidades ideais vinculam-se a um projeto de reformas das cidades reais. Seu espaço construtivo não é equidistante da cidade real.⁸ Já as teorizações sobre as cidades utópicas –

realizadas por mim e Alexander de Carvalho, serão publicadas na *Revista Morus*, no segundo semestre de 2017.

⁸ Segundo Edmilson M. Rodrigues: “as cidades ideais são imaginadas a partir da dinâmica interna das cidades reais, não necessitando de um elemento externo para adquirir sentido e ganharem forma. Por isso, sua representação imagética tende a associá-las à cultura aristocrática, ao refinamento nobre e à arte no sentido de sua força estética. Entretanto, são essas cidades ideais que se afirmam como modelos para a construção das cidades coloniais na América Ibérica. Os critérios de ordem das cidades ideais têm uma dinâmica assegurada pela geometrização de sua imagem, que é, ao mesmo tempo, o limite de sua característica ideal e também sua fronteira. As cidades utópicas, ao contrário, constituem-se a partir de um espelho externo para depois voltarem-se para dentro das

como a *Utopia*, de Thomas Morus, por exemplo – são ainda posteriores, e tratam da construção racional de um não lugar, ou de um lugar no futuro.

Para fins de distinções conceituais utilizaremos essa classificação das cidades ideais relacionando-as às cidades já existentes. Contudo, tanto as cidades ideais quanto as utópicas são projetos, transbordam os limites do real e, por isso, são passíveis de serem descritas de forma ficcional, mas sem se contrapor em termos lógicos a nenhum dos aspectos reais da cidade, apenas os colocando em maior evidência e modificando seus usos, adaptando-os à crítica da situação real (RODRIGUES, 2000, p. 136).

Para além das obras escritas de Alberti, Filarete e Leonardo, podemos observar a preocupação com as representações da cidade também na arte, pois, temos já, desde o século XIV, diversas imagens sobre as vilas ideais. Basta olharmos para algumas representações da cidade por Simone Martini (*A vitória do condottieri Giudoriccio da Fogliano*, de 1328); Piero della Francesca (*Perspectiva da cidade ideal*, de 1470); Perugino (*A entrega das chaves a São Pedro*, de 1482); Botticelli (*O Suicídio de Lucrecia*, de 1498); Vittore Carpaccio (*São Jorge em luta contra o dragão*, realizada entre 1502 e 1507), entre tantas outras.

cidades reais, precisam de um espaço constituído como “alhores” ou “lugar nenhum” para existirem. Como já são produções da segunda fase do humanismo, posterior a Maquiavel, as cidades utópicas expressam valores éticos e morais, associando-os ao lugar geográfico, quase todas tendo como elemento comum estarem separadas do mundo real pelo braço de mar ou por um rio, adquirindo a feição de uma “ilha” isolada. Por isso, são mais difíceis de serem construídas no imaginário e possuem um ordenamento físico muito mais detalhado” (RODRIGUES, 2009, p. 373).

Neste artigo trataremos do *Elogio da cidade de Florença*, escrito provavelmente em 1404⁹, e o consideraremos um dos precursores entre os humanistas na retomada e reelaboração da discussão acerca das cidades ideais em inícios do *Quattrocento*. Resolver o problema de certos conglomerados populares, distribuí-los de forma mais racional e cuidar de aspectos gerais como a higiene pública, contenção das epidemias e das desordens populares, bem como a defesa contra os ataques externos, a construção de obras públicas imponentes que representassem a força da república tornou-se, desde esse momento uma constante na criação do imaginário das cidades ideais. A cidade deveria se transformar na medida exata em que os homens avançassem politicamente. E, nesse sentido, Florença buscou harmonizar os avanços políticos com as preocupações urbanísticas. Homens tão valorosos – protetores da república contra os mais cruéis adversários, e legítimos defensores da liberdade não apenas da cidade, mas de toda a península – deveriam habitar a mais plena das cidades. Diz Leonardo Bruni:

Assim como vemos muitos filhos terem tanta semelhança com seus pais a ponto de a filiação se reconhecer de modo claríssimo no próprio rosto, também esta nobilíssima e celebrada cidade está em tal harmonia com seus cidadãos que parece, por uma razão altíssima, não terem podido habitar em nenhuma outra cidade nem esta cidade ter podido ter quaisquer outros cidadãos. Isso, pois, esses mesmos cidadãos são melhores que os outros homens todos em gênio, prudência, elegância e magnificência, e assim também a

⁹ Muitos analistas ainda hesitam em datar de maneira precisa a *Laudatio Florentinae urbis*, como é o caso de: Baron (1968, p. 232-63); Viti (1996, p. 568-647). As pesquisas mais recentes se detêm no período entre 1403 e 1404. Ver especificamente: Hankins (1990, vol. I, p. 377); Viti (1992, p. 4, n. 3); Witt (1990, p. 183).

cidade, situada de modo prudentíssimo, supera todas as outras em esplendor, arquitetura e asseio (BRUNI, *Laudatio*, 2008, 4).

Para o desenvolvimento do nosso argumento aqui, é importante destacar que os escritos humanistas reconhecem a forma ideal de organização política na cidade-estado, em oposição aberta aos grandes organismos do mundo antigo e medieval. Assim, através das lutas pela autonomia e liberdade republicana foi se estabelecendo, tanto na arte quanto nos textos do período, uma forma de propaganda das cidades como núcleos centrais de ideais de racionalidade, magnificência e dignidade humana.

Os homens que lutam contra a tirania de um só homem e postulam o governo de muitos criam modelos de cidades bem diferentes das cidades onde impera a monarquia. Essa legítima batalha está claramente delineada no texto de Bruni. Após essas breves considerações, podemos apontar o *Elogio a Florença* como um dos textos representativos dessa tradição: que associa política, retórica e idealização da cidade. Passemos ao tratamento desta obra.

1. A *Laudatio florentinae urbis*

Leonardo Bruni, historiador, humanista, filósofo e chanceler da república de Florença entre os anos de 1427 e 1444, publicou numerosos discursos em que a cidade republicana é louvada sistematicamente. A *Laudatio* (ou *Elogio de Florença*) é um dos seus primeiros textos e um instrumento para a exposição de suas convicções republicanas. Escrito pouco após a morte do duque Giangaleazzo Visconti, em

1402, e das ameaças que a tirania de Milão representava à sobrevivência de Florença¹⁰, o texto apresenta um conjunto de argumentos retóricos em defesa das cidades republicanas e em oposição às investidas de seus inimigos vinculados ao Império. Neste momento, caminhava em paralelo o conflito pelas armas e o conflito ideológico, sendo, portanto, a eloquência, um instrumento claro para a persuasão política. Mas não precisamos seguir apenas por esse caminho: ou seja, considerar o texto de Bruni como um exercício retórico de incitação aos cidadãos florentinos à defesa do sistema republicano. Como dissemos antes, podemos olhar esse texto também por outro viés, analisando-o como um elogio, e com o objetivo de tornar Florença um modelo a ser seguido pelas outras cidades: seja em seu aspecto arquitetônico, artístico, político, social, e até mesmo um exemplo no cuidado com as questões relativas à salubridade.

Não é difícil encontrar entre os textos clássicos as inspirações e os modelos seguidos pelos homens políticos e arquitetos de inícios da Renascença para a constituição das cidades ideais. Segundo Hans Baron¹¹, uma das principais fontes de

¹⁰ Após ter conquistado a maior parte das cidades da Emília-Romana e da Toscana, o duque Giangaleazzo Visconti já ameaçava invadir Florença, em 1399, se a peste não o tivesse capitulado, em setembro de 1402. Portanto, a sua inesperada morte coloca fim à possibilidade imediata de um conflito que seria extremamente doloroso à cidade toscana; tendo em vista as suas perdas militares anteriores e a conquista da cidade de Pisa, em 1399, pelo duque de Milão, impossibilitando o comércio florentino pelo mar (LANZA, 1991, p. 13-37).

¹¹ Baron destaca a influência do *Panatenaico*, de Elio Aristides, como uma das principais referências para a escrita do elogio bruniano (BARON, 1958). Apesar de concordarmos com o autor, não partilhamos da sua tese de que seria esta a única fonte que Bruni teria se baseado para escrever a sua obra. Acreditamos que outras referências, como a *Invectiva contra Antônio Loschi* de Coluccio Salutati, bem como os tratados de Hermógenes (*Progymnasmata*) e de Menandro, o rétor, tenham sido importantes para a construção de seu encômio. Para a análise da influência de Hermógenes e Menandro conferir o artigo de Bernard-Pradelle (2000, p. 355-387).

Bruni seria o autor grego Elio Aristides¹², com o seu *Panatenaico* (de meados do século II). De acordo com Laurent Perrot, o *Panatenaico*, um elogio da cidade de Atenas, que data da segunda metade do século II, teria sido admirado na Antiguidade e também pelos bizantinos no fim do período medieval (PERNOT, 1993, p. 323).

Mas, na época da redação da *Laudatio*, entre os anos de 1403 e 1404, teria tido o nosso autor contato com os textos gregos? Alguns historiadores – como E. Garin (1957, p. 156), por exemplo – atestam que Bruni foi aluno do sábio bizantino Manuel Crysoloras assim que este chegou à Florença (em 1397), tendo aprendido com ele a língua grega e traduzido textos de Platão, Aristóteles, Ésquilo, Homero, entre outros. O que gostaríamos de salientar é que independentemente do fato de Bruni omitir muitos pontos abordados por Aristides e, inversamente, introduzir novos *topos* que não estão presentes no modelo grego, o ponto mais importante é que o *Panatenai-co* daria a Bruni a possibilidade de se instituir um paralelo entre Atenas e Florença; criando uma nova forma de argumentação, posto que o modelo retórico de louvor a uma cidade não era comum à cultura humanista.

Vale ressaltar ainda o caráter inovador da obra de Bruni, pois, ao contrário da primeira forma do pensamento republicano que utilizava, em particular, Salústio e Cícero, ele é o

¹² Aqui utilizamos a seguinte tradução: Aristides (1987, p. 113-254). Não há um critério unânime sobre quando foi pronunciado o *Panatenaico*. Alguns autores acreditam ter sido em 155, e outros em 167. No que tange a forma, se trata de um panegírico de uma cidade, semelhante a outros que Aristides escreveu. Com este discurso o sofista se somava a uma larga tradição de elogios de Atenas; em especial àquela dos elogios fúnebres. Contudo, ainda que não trate de uma temática nova, temos notícias sobre o atrativo destes elogios entre diversos autores da época. Cf. Loraux (1981). Ver também: Bowie (1981, p. 203ss).

primeiro a usar como referência não tanto a Grécia antiga em geral, mas Atenas em particular, como afirma Pocock (1982, I, p. 212). E, diferentemente de outros textos do mesmo período, na *Laudatio* uma parte da discussão é dedicada à ilustração das características e dos mecanismos constitucionais da república florentina. Neste aspecto, podemos notar a influência do *Panatenaico*, de Aristides. O conhecimento do grego e dos textos gregos, com novos conteúdos históricos e culturais, forneceram aos primeiros humanistas novos instrumentos para se pensar o presente. No caso de Bruni se tratava de uma comparação (tímida, é verdade) entre Florença e Atenas, pois na *Laudatio* o humanista não diz estar imitando Aristides, nem que está fazendo uma comparação entre as duas cidades (CAMBIANO, 1998, p. 8). Contudo, a descrição, a ordem dos capítulos e o tratamento de algumas temáticas são bastante próximos daqueles presentes no *Panatenaico*.

Passemos agora às especificidades do texto:

O texto da *Laudatio* pode ser dividido basicamente em três partes: 1. Sítio e situação de Florença e de seu território (capítulos 4-29); 2. Origens do povo florentino (capítulos 30-47) e 3. Ações e *virtùs* de Florença (capítulos 48-91). Esta terceira parte, Bruni a divide em dois capítulos distintos, tratando inicialmente das ações e *virtùs* de Florença em tempos de guerra. Após tratar da política exterior de Florença, Bruni passa a analisar as suas instituições domésticas.

Logo após o exórdio, Bruni aborda como primeiro *topos* o sítio e a situação da cidade e de seu território se conformando ao modelo de Aristides. No orador grego a ordem da descrição é a seguinte: situação da Ática do ponto de vista do mar (*Pan.* 9-13), da terra (*Pan.* 13-16), do clima (*Pan.* 18-19),

e a natureza do território do ponto de vista do relevo (*Pan.* 20-23). O que nos chama atenção aqui é que Aristides só trata do que concerne ao território da Ática e faz apenas uma alusão à cidade de Atenas (*Pan.* 16, 6-9).

O humanista, por sua vez, começa esta primeira parte tratando já da cidade e não de seu território.¹³ Uma grande importância é dada à salubridade de Florença, bem como à sua beleza, graças aos seus monumentos e edifícios esplêndidos.

Não são poucas as cidades imundas que durante a noite produzem toda sorte de dejetos que de manhã se expõem aos olhos e pés de todos pelas ruas, coisa a mais fétida que se possa imaginar. [...] Do mesmo modo que um corpo disforme, ainda que tenhas muitas partes perfeitas, não pode haver felicidade, também nas cidades, se forem imundas, ainda que lhes esteja presente todo o resto, não pode haver de modo nenhum, beleza (BRUNI, *Laudatio*, 2008, cap. 7).

[...] Florença, de fato, até onde podemos discernir é a tal ponto salubre e limpa que não se pode encontrar nenhuma outra mais brilhante. Esta cidade é única e, em todo o orbe terrestre, só nela nada ofende aos olhos, nada é desagradável ao nariz, nem nada é imundo aos pés. Dada toda a diligência suprema dos habitantes, assim como suas precauções e cuidados, todas as imundícies são afastadas para longe, de modo que apenas se encontre pelo caminho alegria e gozo dos sentidos (*Idem*, cap. 8).

¹³ O foco de sua análise já está na perfeita relação entre a cidade e seus habitantes, o que lhe permite transpor para Florença as qualidades geralmente atribuídas aos homens. A cidade, como bem destaca Laurence Pernot, não é apenas uma alma e uma biografia, mas ela também possui um corpo, constituído por suas construções, pelo seu sítio e por sua situação (PERNOT, 1993, p. 191).

Ao inverter, portanto, o plano de Aristides, Bruni tem a liberdade para tratar de questões modernas, relativas ao planejamento das cidades e às questões de higiene que emergem devido ao crescimento econômico da cidade e ao fortalecimento político das cidades-estado italianas. A cidade ideal para Bruni deve ter as condições necessárias para uma vivência harmônica do cidadão. Em relação às construções florentinas, diz o autor: “o que há em todo orbe terrestre mais esplêndido ou tão magnífico que possa comparar com seus edifícios. Envergonho-me das outras cidades toda vez que me vem à mente tal comparação¹⁴” (BRUNI, 2008, cap. 10). Assim, pela magnificência das suas construções e templos sagrados, bem como por seu cuidado com a higiene e urbanização, ela ultrapassa todas as cidades atuais, não havendo nela “nada que choque o olhar, nenhum odor incômodo” e nada que seja repugnante aos visitantes (*Idem*, p. 211-213). Quanto à força da cidade, ela se revela por seu poderio militar e sua vitória sobre um inimigo extremamente perigoso. Mas por que Bruni faz essa inversão do plano de Aristides, tratando primeiro da cidade e só em seguida de seu território? Podemos suspeitar que Bruni põe o foco inicial naquilo que é mais importante para ele: a cidade de Florença – com seus homens, a bravura de seu exército, a beleza da sua arquitetura e a salubridade das suas ruas –, para só depois tratar dos temas que atribuía menos relevância: o clima, o relevo, o território, e

¹⁴ E continua Bruni: Isso porque elas possuem em geral apenas uma ou duas ruas bem construídas, nas outras todas a ausência de bela constituição é tal que elas enrubescem grandemente de vergonha ao serem vistas por estrangeiros (BRUNI. *Laudatio*, 2008, cap. 10). Serei eu um tolo por ficar enumerando tudo isso? Ainda que eu tivesse cem línguas, cem bocas e uma voz de ferro, não poderia mostrar toda a magnificência, as belas construções, os tesouros, o luxo e o brilho de Florença (*Idem*, cap. 12).

a distância de Florença do mar – que a deixava protegida das inundações, das doenças e da insalubridade das zonas litorâneas (BRUNI, 2008, cap. 25, p. 233).

Como afirma Stauble (1976, p. 157-164), Bruni fez uma descrição idealizada da cidade sem levar muito em conta alguns aspectos que as fontes medievais considerariam mais relevantes: tais como, a situação da cidade, todas as suas construções, seus habitantes e seus diferentes grupos sociais, sua organização política, sua vida cotidiana. Uma tal diferença no tratamento dos temas é o sinal de uma diferença de projeto. E esta distância entre os projetos fica ainda mais clara quando passamos para a segunda parte da obra sobre a fundação da cidade de Florença.

Distanciando-se dos cronistas medievais, como Giovanni Villani¹⁵, que associavam a sua fundação ao período imperial de Roma, Bruni (assim como Salutati o fizera, em 1403, na sua *Invectiva contra Antonio Loschi*¹⁶) marca a fundação da cidade ao período republicano de Roma.

¹⁵ Villani considerava que Florença fora criada no período imperial, “quando César havia enviado tropas para punir os habitantes de Fiesole, por terem apoiado Catilina em sua revolta” (BIGNOTTO, 2001, p. 95).

¹⁶ Baron já sublinhou que tanto a *Invectiva* quanto a *Laudatio*, de Bruni, foram escritas em decorrência das ameaças do duque de Milão Gian Galeazzo Visconti à cidade de Florença, salientando como essa experiência foi intensamente vivida pelos cidadãos (BARON, 1966). O combate que se trava em ambos os textos é entre uma cidade que é tradicionalmente livre e tiranos como o duque milanes, que se veem como os legítimos conquistadores da península; e cujo governo seria superior, mais organizado e próspero do que o modelo republicano. Sobre este conflito ver também: Brucker (1981, p. 146 ss); Lanza (1991, p. 13-37). O texto de Salutati é uma resposta a um panfleto de 1399 escrito por Antonio Loschi, *Invectiva in florentinos*. Na sua *Invectiva* afirma Salutati sobre o passado republicano de Florença: “[...] não pode haver dúvida de que nossa cidade teve um início ainda mais augusto do que se poderia pensar”. [...] “Quem poderia assinalar o verdadeiro princípio do vilarejo? Donde fica claro para nós que é um dado hereditário que nossa origem primeira permaneça desconhecida, assim como aquela de Roma; o que de resto é um argumento muito válido para provar a antiguidade”. (SALUTATI, Coluccio. *Invectiva contra Antonio Loschi*. In: BIGNOTTO, 2000, p. 244).

E assim o foi: esta esplendíssima colônia romana foi estabelecida no exato período em que o domínio do povo romano florescia grandemente e quando poderosos reis e nações guerreiras estavam sendo conquistados pelos exércitos de Roma e por sua virtude. Cartago, Numância, Corinto se puseram a seus pés. Todas as terras e mares reconheceram a regência de seu povo. E esses mesmos romanos não sofreram nenhum mal advindo de qualquer de seus inimigos. E ainda nenhum César ou Antônio ou Tibério ou Nero, peste e ruína para a República, conseguiu acabar com a liberdade. Ela, ao contrário, mantinha-se sacra e firme, quando logo depois da fundação da colônia de Florença foi roubada pelos mais vis ladrões. Por essa razão creio que algo foi verdade e é verdade para esta cidade mais que para qualquer outra: os homens de Florença amam sobretudo a liberdade e são grandes inimigos dos tiranos. Então acredito que desde sua fundação até hoje Florença tenha desenvolvido um imenso ódio aos invasores do Império Romano e aos destruidores da República Romana. Se qualquer traço mesmo dos nomes dos corruptores de Roma sobreviveu até o presente, eles são odiados e desdenhados em Florença. Não é novo aos florentinos esse zelo político, nem começou, como alguns pensam, há pouco tempo: tem sua origem em antigas disputas. Começou tempos atrás quando homens nefastos cometeram o maior de todos os crimes: a destruição da liberdade, do esplendor e da dignidade do povo romano. (BRUNI, cap. 34)

Tomando de empréstimo de Satulati a tese sobre a fundação de Florença, Bruni descarta a necessidade de embasá-la com exemplos históricos, como fizera o chanceler, baseando-se no depoimento dos textos antigos para refutar afirmações aceitas em seu tempo, examinando a etimologia do nome da cidade e buscando provas de reminiscências arquitetônicas na

cidade do período republicano para provar o seu argumento; tais como a presença de um Campodolio, Foro, Circo, Templo de Marte, Termas, uma estátua equestre de Marte, aqueduto, entre outros exemplos (BIGNOTTO, 2000, p. 245). Partindo deste argumento inovador, Bruni o leva ainda mais longe e afirma que a fundação de Florença estaria associada ao período áureo de expansão romana, no século I, e que esta influência histórica seria de fundamental relevância na construção do caráter do povo florentino: desde sempre amante e defensor da liberdade e opositor àqueles que a destruíram, como César e todos os demais imperadores. Portanto, ao buscar esclarecer a origem da cidade, ele estabelece uma relação de causalidade entre o momento de criação – forjado na liberdade –, e o momento posterior da história da cidade – onde estes princípios da liberdade e soberania deveriam ser novamente defendidos para que a tirania (antes dos cézares e agora do duque Gian Galeazzo) mais uma vez não seja vitoriosa. “Assim, a liberdade primitiva é uma garantia de que ela pode e deve ser retomada para que a cidade encontre a sua verdadeira identidade” (BIGNOTTO, 2001, p. 97). A liberdade romana foi roubada por homens nefastos, os destruidores da república romana.

Esses são os imperadores, os famosos cézares, que não poucos reputam como dignos de louvor! Que desgraças são essas! Que monstros de homens! Por causa disso quem se surpreende que a cidade de Roma tivesse tanto ódio contra esses partidos e o conservasse até os dias de hoje?

Ora, que indignação seria mais justa? A quem com mais força tocou essa dor que ao povo de Florença? Seus ancestrais e fundadores, que apenas um pouco antes tinham governado o mundo inteiro com grande

habilidade, repentinamente perderam sua própria liberdade nas mãos dos maiores facínoras entre os homens, os quais, se a República tivesse sobrevivido, seriam relegados à escória da sociedade. (BRUNI, 2008, cap. 37-38).

Cabe, portanto, ao povo florentino – herdeiro desta tradição – ser seu maior defensor. Reconhecer a estirpe romana e sua linhagem livre é condição fundamental para a defesa da liberdade e soberania da cidade¹⁷. Estas tópicas não eram novidade neste momento e já vinham sendo desenvolvidas pelos *dictatores* medievais, sobretudo pelo jurista Bartolo de Saxoferato, como bem aponta Skinner (1996, cap. 1). No entanto, a associação entre a defesa da liberdade e a questão da fundação é o ponto de inflexão do texto bruniano (e também da *Invectiva* de Salutati¹⁸), tendo em vista a associação da cidade com o seu passado republicando. A partir da fundação se tornaria possível conhecer a história de um povo. E conhecer a história o autorizaria imediatamente a agir contra a tirania, pois os ancestrais florentinos “que apenas um pouco antes tinham governado o mundo inteiro com grande habilidade, repentinamente perderam sua própria liberdade nas mãos dos

¹⁷ “De onde, portanto, se origina este povo? Quais foram seus ancestrais? Por quais mortais esta ilustre cidade foi fundada? Reconhecei, florentinos, reconhecei vossa estirpe e vossa linhagem! Considerai que de todas as gentes sois os mais ilustres! Os outros povos têm como ancestrais refugiados ou banidos de suas pátrias, camponeses, imigrantes obscuros ou fundadores desconhecidos. Os vossos fundadores, entretanto, foram os romanos, conquistadores e senhores de todo o orbe terrestre” (BRUNI, 2008, cap. 30).

¹⁸ Sobre este aspecto no texto de Salutati afirma Bignotto que “não é pela caracterização de uma república como um regime que respeita a liberdade de seus cidadãos e luta por sua independência com relação aos tiranos e príncipes que podemos depreender a novidade do procedimento do chanceler da República Florentina”. Mas esta relação com o passado republicano constitui um elemento que os autores medievais estavam longe de suspeitar (BIGNOTTO, 2001, p. 96).

maiores facínoras entre os homens” (BRUNI, *Idem*, cap. 38). Torna-se, portanto, dever de cada cidadão florentino, defender como no passado, sua soberania e autogoverno frente a toda e qualquer ameaça de destruição da república – como ocorrera a partir de 1390 com as investidas milanesas.

Isso, pois, a dignidade e grandeza dos ancestrais também iluminam seus filhos, quando os filhos lutam pela sua virtude. E certamente se os descendentes tivessem sido covardes ou dissolutos ou tivessem de algum modo fugido à virtude, o esplendor dos ancestrais não teria escondido seus vícios, mas os teria posto a descoberto (*Idem*, cap. 45).

Na terceira parte da obra de Bruni sobre as ações e *virtus* de Florença encontramos o tema de que a liberdade só é possível com a salvaguarda da liberdade cívica, proporcionada pelo sistema republicano, ressaltando em vários momentos a importância da resistência contra seus inimigos e, sobretudo, contra a expansão milanesa.

Quem em toda a Itália poderia ser comparado àquele inimigo em poder e diligência? Ou quem resistiria aos esforços daquele cujo mero nome era motivo de terror para todos os mortais? Realmente não apenas a Itália, mas os povos transalpinos também temiam sua fama. Ele estava, sim, muito bem guarnecido de recursos, dinheiro e homens, mas bem mais de estratégias e astúcia. E ele tinha grande e formidável poder: toda a Gália cisalpina e quase todas as cidades que, desde os Alpes até a Etrúria e a via Flaminia se encontram entre dois mares, estavam sob seu poder e obedeciam a suas ordens. Na Etrúria ele tomou Pisa, Siena, Pérgia e Assis, por último ocupou também Bolonha. Muitas fortalezas, muitos poderosos e nobres – seja por temor, seja por esperança de rapinagem, seja por

terem sido enganados – seguiram seu nome e fortuna (BRUNI, 2008, cap. 70).

Antes de tudo, portanto, há de se cuidar para que a justiça prevaleça na cidade, pois sem justiça não pode haver cidade. E, em seguida que haja liberdade, “pois sem liberdade este povo nunca consideraria a pena viver” (BRUNI, 2008, cap. 77). O tema da cidade livre e justa – sendo estes dois aspectos complementares – é o esquema do Estado racional; no qual funções, magistraturas, poderes e grupos sociais são distintos, porém muito coordenados e organizados pela república. Para conter as injustiças tem-se magistrados muito bem instruídos; e para que eles não se considerem donos do poder e sejam levados à tirania, estipulou-se o prazo de permanência de apenas dois meses no cargo. “Além disso, a cidade foi dividida em quatro, de tal modo que nenhuma seção ficasse privada de representação (BRUNI, 2008, cap. 79). Sobre isso afirma Bruni. “Nada há em Florença que seja desordenado, sem razão ou sem fundamento; todas as coisas têm seu lugar. Distintos são os ofícios, distintos os julgamentos, distintas as ordens” (*Idem*, cap. 80).

O poder supremo concedido a nove cidadãos escolhidos para as magistraturas (dois para cada um dos quatro bairros da cidade, aos quais se somavam o *gonfalonieri*), a sua permanência no cargo por dois meses, o Conselho maior constituído de outros 12 membros e o Conselho do povo seriam instrumentos que regulariam a manutenção dos direitos na república, pois esta subdivisão dos poderes era vista por Bruni como garantia de redução dos erros nas deliberações públicas. “Desse modo vige a liberdade e se salvaguarda em sua sacralidade a justiça na cidade: que a vontade de um ou de outro não

possa antepor-se ao julgamento de tantos homens” (BRUNI, 2008, cap. 81). Da mesma forma, a existência de um magistrado forasteiro e a curta duração nos cargos lhe aparecia como condição de controle da arrogância e dos laços políticos dos detentores do poder. Como indica Skinner (1996, cap. 1), a função temporária de cargos relevantes como o *podestà* poderia abster a insurgência de inimizades entre os cidadãos, bem como impediria também a criação de laços de favorecimento.

A divisão dos poderes protegeria, de um lado, a república contra a tirania, e, de outro, as contribuições da cidade-estado. Ou seja, tanto na justiça penal quanto na imposição de taxas, a cidade procuraria fazer uma justiça distributiva, corrigindo as leis da natureza e se dirigindo de maneiras distintas aos pobres e aos ricos, aos fracos e aos fortes, tomando para si a proteção dos desafortunados. Por conta disso, conclui Bruni, “apesar das diversas classes, temos um estado de equilíbrio: os mais ricos, defende-os sua riqueza; os mais pobres a República; e ambos, o medo da punição” (BRUNI, 2008, cap. 89). Podemos dizer então, que a Florença delineada por Bruni com base na *ius e libertas* (leis iguais para todos e salvaguarda da liberdade) é uma cidade democrática, fundada tanto sobre a liberdade, como pela paridade de direitos.

No que diz respeito às pessoas em geral, não se deve discernir sentenças senão por meio justamente da maioria, procedimento que se julga estar de acordo com a justiça e com a razão. Desse modo vige a liberdade e se salvaguarda em sua sacralidade a justiça na cidade: que a vontade de um ou de outro não possa antepor-se ao julgamento de tantos homens. E, de fato, esses homens decidem sobre as questões da República, sancionam as decisões da justiça, abolem leis, estabelecem a paridade (*Idem*, cap. 81).

Contudo, sabemos que o humanista fala de muitos, mas não de todos os homens. No século XV o percentual de florentinos que votava girava em torno de 2.000 e 3.000 cidadãos. Nesse sentido, os “tantos homens” de que falava Bruni era um eufemismo e não uma realidade de fato (CAMBIANO, 1998, p. 12). Da mesma forma, é evidente que não havia uma igualdade política entre os grupos sociais em Florença.

O que temos na *Laudatio* é uma idealização por parte do autor na descrição do funcionamento da constituição florentina, como ressalta Rubinstein (1990, p. 18-19). Mas, este fato não é motivo para acusações das inverdades brunianas. Também em um retórico como Aristides encontramos certa idealização de Atenas, pois o mesmo sabia muito bem que em um encômio é possível omitir muita coisa; mas o mais importante é não omitir nenhum aspecto positivo da cidade que seja realmente presente (ARISTIDES, 1987, cap. 230).

O que importa nessa discussão sobre a criação de uma cidade ideal em Florença é que o seu tipo de governo era superior aos poderes singulares de um único indivíduo e que tais subdivisões de poderes impediam que os magistrados se transformassem em tiranos. Assim, a relevância do corpo de cidadãos para a criação de um estado livre distancia Bruni dos pressupostos teológicos-políticos que faziam parte da obra dos autores medievais que o precederam.

A escolha republicana seria a melhor forma de governo entre as demais e, nesse sentido, Florença e Atenas se transformavam em baluartes da liberdade. Essa estrutura político-social idealizada (de um estado de reparação e que busca a equidade) se corresponde ainda, segundo Bruni, com a estrutura arquitetônica da cidade, com seu Palácio da Senhoria, Duomo, com casas dispostas racionalmente, com praças amplas, e com cuidados sanitários para se evitar novas

incurções da peste. Por essa razão, o elogio bruniano é importante justamente porque a sua cidade ideal, tão plena de referências antigas, não é uma fantasia nascida de fora da realidade, mas se identifica com uma cidade já existente, que é preciso tanto exaltar, como intensificar a racionalidade dos seus traços reais. É Florença que, por sua história – e pela força da sua herança romana – parece destinada a ser apresentada como ideal de coexistência humana, e da realização de uma vida em comum fundada sobre bases racionais.

A cidade ideal, como aponta Eugenio Garin, perfeita em seus edifícios e instituições políticas não está fora do mundo, no céu ou no país da Utopia, de Morus: ela está presente, mesmo que não seja perfeita, em uma cidade exemplar: Florença, que só pode ser um modelo ideal por sua opção pela justiça, liberdade e *civitas*. Por esta razão, diferentemente do tratado *Da monarquia*, de Dante, por exemplo, o modelo ideal é a república.

Referências

ADVERSE, Helton. “Retórica, educação e política no Renascimento Italiano”. In: *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 8-19 2011.

ARISTIDES, Elio. “Panatenaico”. In: *Discursos I*. Introducción, traducción y notas de Fernando Gascó y Antonio Ramírez de Verger. Madrid: Editorial Credos, 1987, p. 113-254.

BARON, H. *From Petrarch to Leonardo Bruni: Studies in Humanistic and Political Literature*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

_____. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

BENEVOLO, L. *Storia dell'architettura del Rinascimento*. Bari: Laterza, 2002.

_____. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOWIE, E. L. “Los griegos y su pasado en la Segunda Sofística”. In: M. I. Finley (Ed.). *Estudios sobre historia antigua*. Madrid, 1981.

BRUCKER, Gene. *Dal Comune alla Signoria. La vita pubblica a Firenze nel primo Rinascimento*. Bologna, 1981.

BRUNI, Leonardo. “Laudatio florentinae Urbis” In: *Histoire, éloquence et poésie à Florence au début du Quattrocento*. Textes choisis, édites et traduits par Laurence Bernard-Pradelle. Paris: Honoré Champion, 2008. p. 205-301.

_____. *Panegirico della Città di Firenze. Testo italiano a fronte di Frate Lazaro da Padova*, Ed. G. De Toffol, Firenze, 1974.

_____. *Opere letterarie e politiche*, a cura de Paolo Viti. Torino, 1996.

CAMBIANO, Giuseppe. “L’Atene nascosta di Leonardo Bruni”. In: *Rinascimento*. Rivista dell’Istituto Nazionale di Studi sull’Rinascimento, volume XXXVIII. Firenze: Leo S. Olschki, 1998.

CHASTEL, Andre. “O temple”. In: *Arte e Humanismo em Florença*. Cosac Naify, 2012.

CLASTRES, Pierluigi Leone de. *Simone Martini*. Milano: Federico Motta Editore, 2007.

GARIN, Eugênio. “La cité idéale de la Renaissance Italienne”. In: *Les utopies à la Renaissance*. Presses Universitaires de Bruxelles, 1963.

_____. *L'educazione in Europa (1400-1600)*, 1957.

_____. “La vita civile”. In: *L'Umanesimo Italiano*. Roma: Editori Laterza, 1993. p. 47-93.

GRIFFITHS, G; Hankins, J.; Thompson, D. *The Humanism of Leonardo Bruni*. Binghamton, New York: Center for Medieval and Early Renaissance Studies, 1987.

KOHL, B. G.; WITT, R. G. *The Earthly Republic: Italian Humanists on Government and Society*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.

LANZA, Antonio. *Firenze contro Milano*. Gli intellettuali fiorentini nelle guerre con i Visconti (1390-1440). Roma: De Rubéis Editore, 1991.

LORAUX, N. *L'Invention d'Athènes. Histoire de l'oraison funèbres dans la cité classique*. Paris, 1981.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Storia dell'utopia*. Donzelli, 2008.

PERNOT, Laurent. *La Rhétorique d'éloge dans le monde gréco-romain*. Tome I et II. Paris: Éditions Brepolis, 1993.

POCOCK, J. G. A. *Il momento maquiaveliano. Il pensiero politico fiorentino e la tradizione repubblicana anglosassone*. Trad. It. Di A. Prandi, 2 vol., Bologna, 1982.

PRADELLE, Laurence Bernard. “L’Influence de la Seconde Sophistique sur la *Laudatio Florentinae urbis* de Leonardo Bruni”. In: *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, Vol. 18, n. 4, p. 355-387, 2000.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “Das possibilidades de cidades utópicas”. In: *Revista MORUS – Utopia e Renascimento*, n. 6, 2009.

_____. “Cidades ideais e cidades utópicas”. In: *Tempos Modernos: ensaios de História Cultural*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

RUBINSTEIN, N. “Il Bruni a Firenze: retorica e politica”. In: *Leonardo Bruni cancelliere della repubblica di Firenze*. Convegno di studi a cura di P. Viti. Firenze: 1990. p. 15-28.

SALUTATI, Coluccio. “Invectiva contra Antonio Loschi” In: BIGNOTTO, N. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 239-253.

SALVADOR GONZÁLEZ, José María (Org.). “La Imagen del Poder. Epifanías de la Potestas”. In: *Mirabilia Ars* 3 (2015/2), ISSN 1676-5818 126.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STAUBLE, A. "Due panegirici di città tra Medioevo e Rinascimento". *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance* 38, p. 157-64, 1976.

VITI, Paolo. *Opere letterarie e politiche di Leonardo Bruni*. Torino, 1996.

_____. *Leonardo Bruni e Firenze. Studi sulle lettere pubbliche e private*. Roma, 1992.

WITT, G. "Civic Humanism and the Rebirth of the Ciceronian Oration". In: *Modern Language Quarterly*, n. 51, 1990.